

Orações subordinadas adjetivas em diferentes gêneros textuais: uma proposta de descrição e análise

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v54i1.3781>

Ana Carolina Sperança-Crisculo¹
Angélica Rodrigues²

Resumo

Neste artigo, discutimos o uso padrão das orações subordinadas adjetivas em diferentes gêneros textuais, partindo da hipótese de que existe uma correlação entre o funcionamento dessas orações e os propósitos comunicativos de cada gênero. Tradicionalmente, essas orações se caracterizam pela presença do pronome relativo e pela distinção entre orações explicativas e restritivas. Com base em pressupostos funcionalistas, foram estudadas as orações adjetivas em dois gêneros do domínio jornalístico, na modalidade escrita da língua: (1) *artigos de opinião*, de natureza argumentativa, e (2) *notícias*, de natureza narrativa. Os resultados comprovam nossa hipótese inicial, demonstrando haver uma correlação entre o funcionamento das orações adjetivas, o conteúdo expresso, o gênero e o tipo textual em que elas ocorrem, o que permite uma análise mais aprofundada do uso padrão destas orações.

Palavras-chave: oração adjetiva; gêneros textuais; abordagem funcionalista.

1 Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Araraquara, São Paulo, Brasil; ana.speranca@unesp.br; <https://orcid.org/0000-0001-9765-5801>

2 Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Araraquara, São Paulo, Brasil; angelica.rodrigues@unesp.br; <https://orcid.org/0000-0003-1470-4634>

Description and analysis of relative clauses in different textual genres

Abstract

In this article, we discuss the standard use of relative clauses in different textual genres, based on the hypothesis that there is a correlation between the functioning of these clauses and the communicative purposes of each genre. Traditionally, these clauses are characterized by the presence of the relative pronoun and by the distinction between explicative and restrictive clauses. Based on functionalist assumptions, we studied the relative clauses in two genres of the journalistic domain, in the written modality: (1) *opinion articles*, of an argumentative nature, and (2) *news*, of a narrative nature. The results confirm our initial hypothesis, demonstrating that there is a correlation between the functioning of adjective sentences, the expressed content, the genre and the textual type in which they occur, which allows a more in-depth analysis of the standard use of these sentences.

Keywords: relative clause; textual genres; functional approach.

Introdução

O estudo da sintaxe constitui um campo bastante rico para pesquisas acerca do funcionamento da língua, tendo em vista que nos permite observar a maneira como os enunciados são elaborados revelando, muitas vezes, aspectos que não estão presentes explicitamente nos textos e que traduzem, num nível mais abstrato, a maneira como se constroem o pensamento e a interação do homem. Neste artigo, trazemos uma discussão acerca do uso padrão das orações subordinadas adjetivas – ou orações relativas³, com o objetivo principal de mostrar que trazem elementos motivados pelo contexto e pelas intenções comunicativas do enunciador, os quais podem também ser explorados a partir de sua funcionalidade no texto, tal como se observa nos usos não padrão.

A Língua Portuguesa apresenta três estratégias de relativização já consolidadas na literatura: (a) a *relativa padrão*, em que a oração adjetiva possui um referente na oração principal/matriz, recuperado pelo pronome relativo (1); (b) a *relativa cortadora*, em que a preposição regida pelo verbo da oração é apagada (2), e (c) a *relativa copiadora*, em que o referente da oração adjetiva é expresso/repetido por um pronome cópia (3), conforme observamos nos exemplos a seguir (Castilho, 2010, p. 367):

3 Consideraremos os termos “oração (subordinada) adjetiva” e “oração relativa” como sinônimos, tendo em vista que ambos se referem ao mesmo fenômeno sintático. As diferentes nomenclaturas se justificam pelos diferentes critérios utilizados para defini-las.

1. *O livro* **que estou lendo** é de história.
2. Os painéis solares geram *a energia* **que sempre sonhamos**. (Sempre sonhamos com a energia. → Os painéis solares geram *a energia* **com que sempre sonhamos**.)
3. Não há *uma área* em São Paulo **que a polícia não entre nela**.

Segundo Marchesan e Mito (2014, p. 47), há dois grandes tipos de sentenças relativas no português: a relativa com núcleo nominal (que seriam as relativas *padrão*, *cortadora* e *copiadora*) e a relativa livre (4), que não apresenta um nome como antecedente, mas é introduzida por pronomes relativos que trazem embutido o que seria o antecedente expresso na oração principal/matriz:

4. João conhece **quem ganhou na loteria**. (João conhece *a pessoa* **que ganhou na loteria**.)

Embora as estratégias de uso não padrão não constituam o foco deste trabalho, vale destacar que as orações relativas livres, também abordadas por Decat (2011, 2014), possuem uma característica diferente das relativas com núcleo: no período, elas assumem o papel de argumento do verbo da oração principal/matriz, não apenas modificando/caracterizando um referente, mas o constituindo. No exemplo (4), a oração relativa livre assume o papel de complemento – objeto direto – do verbo *conhecer*.

Diversos estudiosos (Mollica, 1977; Tarallo, 1983; Kato, 1993, 1996; Corrêa, 1998; Bastos, 2008, Bispo, 2003, 2009, 2014, entre outros) têm se dedicado às estratégias de relativização não padrão, tendo em vista a preocupação com a descrição dos diversos fenômenos relacionados ao uso da língua. A abordagem da estratégia padrão, contudo, limita-se ao que trazem os manuais de gramática tradicional, a vertentes formais de descrição linguística, que têm o uso padrão como objeto de estudo, e também ao que trazem gramáticas descritivas do português, que contemplam tanto os usos padrão como não padrão.

Em geral, os estudos em torno do uso padrão das orações subordinadas adjetivas têm como enfoque sua estruturação sintática, bem como o aspecto semântico associado ao referente (*explicação* ou *restrição*). Neste artigo, buscamos apresentar outras propriedades desse tipo de oração, reforçando a necessidade de se considerar, na análise sintática, questões relacionadas ao uso. Nesse sentido, nossa hipótese principal é a de que existe uma correlação entre o funcionamento da oração subordinada adjetiva (considerando-se o valor semântico de *explicação* ou *restrição*), o gênero e o tipo textual em que ocorre. Também é relevante o conteúdo expresso na oração adjetiva, uma vez que sua natureza +/- *objetiva* ou +/- *subjativa* é um indício dos propósitos do enunciador ao modificar/avaliar/caracterizar determinado referente (o núcleo nominal ao qual se liga a oração adjetiva).

O *corpus* desta pesquisa é composto por dois gêneros do domínio jornalístico: *artigos de opinião* (do tipo textual “argumentativo”) e *notícias* (do tipo textual “narrativo”), ambos de modalidade escrita, que bem representam o uso padrão da estrutura, analisada a partir de pressupostos funcionalistas (Neves, 2001; Hopper, Traugott, 2003; Castilho, 2010) e cognitivistas (Lakoff; Johnson, 1980; Fauconnier, 1994, 1996; Abreu, 2003, 2012, 2018). Segundo o funcionalismo contemporâneo, o contexto de uso motiva a natureza e o sentido da construção gramatical, ou seja, a maneira como os elementos linguísticos se organizam depende da função que assumem na interação entre os falantes (materializada nos diversos gêneros textuais), o que vale tanto para as formas padrão como não padrão de uso da língua. Num nível mais abstrato, porém integrado a essa visão funcionalista, “a expressão linguística também está intimamente relacionada a motivações cognitivas, no sentido de que codifica a experiência humana” (Bispo, 2014, p. 136). Para Fauconnier (1994, p. 16), a língua é a expressão concreta (não total) de processos cognitivos abstratos que ocorrem na interação discursiva. No caso das orações subordinadas adjetivas, é possível dizer que seu uso (o conteúdo que trazem, o aspecto de *restrição* ou de *explicação*, o gênero em que ocorrem) está atrelado também à maneira como o falante conceptualiza o mundo e fala sobre ele, caracterizando, avaliando, especificando determinado referente frente seu interlocutor.

A fim de apresentar nossas reflexões e os resultados obtidos com nossa pesquisa, seguiremos, neste texto, o seguinte percurso: (i) inicialmente, discutimos como algumas gramáticas tradicionais abordam as orações adjetivas, com o intuito de mostrar lacunas na descrição deste fenômeno sintático; (ii) em seguida, apresentamos a abordagem funcionalista das orações adjetivas que, alinhada a princípios cognitivistas, contribui para um aprofundamento na descrição e na análise destas orações, motivadas pelo uso; (iii) na metodologia, explicamos os critérios utilizados na composição do *corpus* e na análise dos dados; (iv) por fim, trazemos os resultados e uma discussão, que comprovam nossa hipótese inicial de que existe uma correlação entre o funcionamento das orações adjetivas, o conteúdo que expressam, o gênero e o tipo textual em que ocorrem.

A abordagem tradicional das orações adjetivas

As gramáticas tradicionais apresentam a oração adjetiva como uma oração que se subordina a um nome (presente na oração principal do período), o qual é retomado pelo pronome relativo que a introduz (especialmente *que*, *o qual/a qual*, *os quais/as quais*, *cujo(s)/cuja(s)*, *onde*). Segundo Cunha e Cintra (2007, p. 615), “exercem a função de ADJUNTO ADNOMINAL de um substantivo ou pronome antecedente”. De acordo com esses autores, classificam-se em *restritivas* e *explicativas*, “quanto ao sentido”:

As RESTRITIVAS, como o nome indica, restringem, limitam, precisam a significação do substantivo (ou pronome) antecedente. São, por conseguinte, indispensáveis ao sentido da frase; e, como se ligam ao antecedente sem pausa, dele não se separam, na escrita, por vírgula.

[...]

As EXPLICATIVAS acrescentam ao antecedente uma qualidade acessória, isto é, esclarecem melhor sua significação, à semelhança de um aposto. Mas, por isso mesmo, não são indispensáveis ao sentido *essencial* da frase. Na fala, separam-se do antecedente por uma pausa, indicada na escrita por vírgula (Cunha; Cintra, 2007, p. 618, grifo próprio).

Como se pode observar, a classificação da oração adjetiva em *restritiva* ou *explicativa* está associada ao sentido, à natureza da informação nela contida (se uma restrição ou uma explicação em relação ao seu referente). Vale destacar que essa informação é tratada no nível semântico. Nos exemplos (5) e (6), dos autores, temos respectivamente uma oração adjetiva restritiva, que limita o referente de certa forma já restrito pelo adjetivo “raros”, e uma oração adjetiva explicativa, que traz uma “qualidade acessória” ao antecedente “Tio Cosme”:

5. És um dos raros homens / **que têm o mundo nas mãos**. / (A. Abelaira, NC, 121.)
6. Tio Cosme, / **que era advogado**, / confiava-lhe a cópia de papéis de autos. (Machado de Assis, OC, I, 734.)

Bechara (2009, p. 465) discute as orações adjetivas a partir de sua “equivalência semântica e sintática” com adjetivos, considerando o pronome relativo um “elemento transpositor” que faz com que uma oração independente passe a funcionar, num nível inferior (e por isso a oração adjetiva é subordinada), como adjunto adnominal de um substantivo. Esse processo, segundo exemplos do autor (7), ocorre da seguinte maneira:

7. O aluno **estudioso** vence na vida.
O aluno **que estuda** vence na vida.
O aluno estuda. → **que** estuda (oração independente transposta a oração subordinada adjetiva, com equivalência semântica e sintática com o adjetivo “estudioso”)

Em relação aos valores de *explicação* e *restrição*, o autor afirma que a oração adjetiva pode trazer esses dois sentidos. No caso da adjetiva explicativa, tem-se “uma particularidade que não modifica a referência do antecedente e que, por ser mero apêndice, pode ser dispensada sem prejuízo total da mensagem” (Bechara, 2009, p. 467). Na língua falada, é marcada por uma pausa em relação ao antecedente, representada na escrita, em geral, por vírgulas (8):

8. O homem, **que vinha a cavalo**, parou defronte a igreja.

De acordo com o autor, a oração adjetiva em (8) nos permite afirmar que na narração só havia um homem e, nesse caso, a informação “que vinha a cavalo” pode ser dispensada. O contrário ocorre em (9), em que a oração adjetiva restritiva, “proferida sem pausa e não indicada na escrita por sinal de pontuação a separá-la do antecedente”, marca a existência de mais de um homem, mas apenas o “que vinha a cavalo” é que parou defronte a igreja:

9. O homem **que vinha a cavalo** parou defronte a igreja.

É possível perceber que, assim como Cunha e Cintra (2007), Bechara (2009) também define as orações explicativas e restritivas a partir de informações extras acrescentadas sobre um referente ou a partir da sua delimitação dentro de um conjunto, respectivamente, ficando evidente o aspecto semântico desta distinção nas abordagens tradicionais. Esse autor, ainda, aborda as orações relativas que ocupam posição de argumento do verbo da oração principal por um processo que nomeia “substantivação de orações originariamente adjetivas”⁴: tem-se o apagamento do antecedente dos relativos *quem* e *que* e a presença do artigo definido, se o antecedente, pela situação do discurso, é conhecido dos interlocutores ou se lhe quer dar certo ar de generalização: “O homem que cala e ouve não *dissipa o que sabe*, e aprende *o que ignora* (MM)”.

É possível perceber que a abordagem tradicional das orações adjetivas tem seu foco na organização sintática do enunciado, que se dá por meio dos pronomes relativos com função argumental (ao contrário das demais orações subordinadas, que são introduzidas por conjunções sem função argumental) e, especialmente, pela distinção semântica das orações em *explicativas* e *restritivas*. Tal abordagem limita-se ao nível do enunciado, desconsiderando a influência do gênero e dos propósitos pragmáticos do enunciador.

Na próxima seção, discutiremos a abordagem funcionalista das orações adjetivas, com o intuito de verificar em que medida contribui para sanar limitações que encontramos na abordagem tradicional destas orações.

Por uma abordagem funcionalista das orações adjetivas

A oração adjetiva, diferentemente das demais orações subordinadas, é introduzida por pronomes relativos. De acordo com Neves (2000, p. 365), é uma oração de função adnominal, que exprime uma propriedade de uma entidade (o referente), à qual se atribui o predicado expresso na oração principal/matriz (10):

4 Sob a perspectiva linguística, são as chamadas “orações relativas livres” (cf. Marchesan; Mioto, 2014).

10. Mas a mulher **que Aristófanes defende** não tem direito à paixão. (ACM)

Propriedade: “ser defendida por Aristófanes”

Entidade: “mulher”

Predicado: “não tem direito à paixão”

As noções de “entidade”, “propriedade” e “predicação” associam os elementos do enunciado à maneira como o falante percebe o mundo e se manifesta sobre ele, diferentemente da abordagem tradicional.

De acordo com a autora, os pronomes que introduzem as orações adjetivas podem ser fóricos, ou seja, se referem a um antecedente, ou podem não ter um elemento referencial, constituindo eles mesmos a expressão nominal (**quem** → *aquele que*). Nestes casos, as orações adjetivas assumem a função de um termo argumental da oração principal.

A oração adjetiva restritiva introduz uma informação que serve para identificar um subconjunto dentro de um conjunto. A oração adjetiva explicativa, por sua vez, introduz “informação suplementar”, não servindo para identificar nenhum subconjunto dentro de um conjunto. A presença de vírgulas assinala uma oração adjetiva explicativa, que introduz uma “informação adicional”. Não se trata, dessa forma, de um “mero apêndice” (Bechara, 2009, p. 467), tal como muitas vezes é apresentado nos manuais de gramática tradicional.

Castilho (2010) também aborda as três estratégias de relativização do português: a *adjetiva padrão*, a *adjetiva copiadora* e a *adjetiva cortadora* (cf. Tarallo, 1983). De acordo com o autor, “as adjetivas ou relativas são sentenças encaixadas num sintagma nominal, em que atuam como Complementadores”, podendo-se encaixar em qualquer expressão núcleo desse sintagma, inclusive a categoria vazia (que constituiria, pois, as construções com relativas livres). O pronome relativo desempenha, simultaneamente, dois papéis: “enquanto pronome, recebe funções argumentais ou de adjunção do verbo da sentença que ele encabeça; enquanto conjunção, liga a adjetiva ao núcleo do sintagma da matriz” (Castilho, 2010, p. 366).

As *adjetivas restritivas* (ou determinativas) “especificam o sentido do sintagma nominal em que estão encaixadas, agregando alguma informação relevante”. O autor retoma Mira Mateus *et al.* (1989, 2003, 2005, p. 655-671), para quem “as restritivas contribuem para a construção do valor referencial da expressão nominal”. As *adjetivas explicativas* (ou apositivas), por sua vez, “operam como um aposto do sintagma nominal, explicitando um *comentário do locutor* [grifo próprio] acerca da entidade denotada por um sintagma nominal, o antecedente da relativa”. Castilho acrescenta, ainda, o que classifica como *adjetivas finais* (11) e *adjetivas causais* (12), uma vez que trazem consigo os valores adverbiais de *finalidade* e *causa*:

11. Mandou retirarem seus sapatos enlameados, **que não sujassem sua sala**.

12. O cão, **que é amigo fiel**, vigiou a casa durante toda a noite.

Embora essas noções possam estar presentes em grande parte das construções com orações adjetivas, não acreditamos ser necessário criar suas respectivas categorias ao lado das explicativas e das restritivas. De qualquer modo, é importante destacar que o propósito do autor vai além da estrutura sintática de organização dessas orações.

Nesse sentido, ainda, o autor questiona qual seria a função adicional das orações adjetivas, uma vez que as línguas já dispõem de adjetivos e expressões adjetivais para especificar o sentido do sintagma nominal. Essa é uma questão de grande valia dentro dos pressupostos deste trabalho, uma vez que se leva em consideração o aspecto discursivo destas construções. Considerem-se os enunciados (13), (14) e (15), de Castilho (2010, p. 371):

13. Vi um vestido **vermelho**.

14. Vi um vestido **de tecido vermelho**.

15. Vi um vestido **que era feito de tecido vermelho**.

É possível ver que a oração adjetiva (15) faz a predicação do sintagma nominal de forma mais complexa que o adjetivo (13) e que a locução adjetiva (14), situando seu referente como participante de um estado de coisas. Além disso, “através das adjetivas, o falante aplica a esse sintagma a categoria de tempo, não encontrada no adjetivo ou nos adjetivais” (Castilho, 2010, p. 371). Como mostraremos neste trabalho, nossos dados confirmam tais pressupostos, indo além no sentido de que muitas informações trazidas pelas orações adjetivas (independentemente de serem explicativas ou restritivas) não poderiam ser expressas por adjetivos ou outras expressões adjetivais.

Abreu (2003, 2012, 2018), partindo de uma perspectiva pragmática (diretamente ligada ao contexto interacional), chama a atenção para o fato de que as orações adjetivas explicativas são, muitas vezes, utilizadas de maneira aparentemente redundante (16):

16. O homem, **que é racional**, ainda é capaz de matar seus semelhantes de forma cruel.

De acordo com o autor, o fato de o homem ser racional “é uma obviedade”, não havendo novidade do ponto de vista informativo. Contudo, é possível perceber uma intenção argumentativa do falante, como se dissesse (16’):

16'. O homem, **apesar de ser racional**, ainda é capaz de matar seus semelhantes de forma cruel.

Nesse caso, "a oração explicativa assume um valor pragmático de *concessão*" (Abreu, 2018, p. 479). No enunciado (17),

17. O homem, **que é racional**, saberá evitar uma catástrofe nuclear.

a mesma oração adjetiva "**que é racional**" assume o valor pragmático de *causa*, semelhante ao que discute Castilho (2010, p. 371), ao propor as *orações adjetivas finais e causais*. Trata-se de sentidos não gramaticais, mas obtidos por inferência pragmática.

Conforme discutido na seção anterior, a abordagem tradicional das orações adjetivas tem seu foco na organização sintática das orações adjetivas e no aspecto semântico de *restrição* ou *explicação*. Essas noções são, essencialmente, tratadas de forma comparativa, em que se tem a delimitação de um elemento dentro de um conjunto (restritivas) ou o acréscimo de informações consideradas "não essenciais" à compreensão do enunciado (explicativas). Tais noções, para Hopper e Traugott (2003, p. 196-199), não refletem apenas o aspecto semântico, mas também denotam o grau de integração sintática (e cognitiva) entre a oração subordinada adjetiva e o seu referente. Logo, a presença ou não de vírgulas/pausa entre as orações não é um recurso suprasegmental, como muitas vezes sugere a abordagem tradicional. Dentro do que propõem esses autores, a articulação de orações se dá num *continuum* que vai da parataxe ou relativa independência (orações coordenadas e justapostas), passando pela hipotaxe ou interdependência (orações adverbiais e relativas apositivas/explicativas) e chegando-se à subordinação (orações substantivas e relativas restritivas). Assim, as *orações explicativas* estabelecem uma ligação "mais frouxa" com o referente da oração principal, à semelhança de um aposto, sendo por isso também chamadas "apositivas"; as *orações restritivas*, por sua vez, assumem o papel de modificadoras/especificadoras de um núcleo nominal, estabelecendo com este um maior grau de integração cognitiva e sintática. Em outras palavras, quanto mais integrado cognitivamente um elemento for de outro, mais o será na forma como é expresso sintaticamente, revelando-se presente nesta relação o princípio da *iconicidade* (Givón, 1984; Croft, 1990), segundo o qual a língua se organiza nos mesmos moldes em que o falante conceptualiza o mundo.

A abordagem funcionalista, alinhada a pressupostos de ordem cognitiva, contribui para o aprofundamento no estudo das orações adjetivas, explicando de que maneira constituem um recurso ao falante na construção dos referentes, na argumentação, na expressão de suas opiniões. Sob essa perspectiva, que embasa a análise e discussões apresentadas, entendem-se as construções com orações adjetivas como um processo de *predicação* (Neves, 2010), contextualizado e materializado nos gêneros textuais. Destaca-se, ainda, que esse processo é mais complexo, uma vez que a oração adjetiva possibilita não apenas

uma caracterização objetiva/descritiva como os adjetivos e expressões adjetivais, mas também uma caracterização subjetiva/argumentativa dos referentes (Castilho, 2010).

Nas próximas seções, apresentamos a Metodologia utilizada no desenvolvimento de nossa pesquisa e os Resultados obtidos, com o intuito de demonstrar que fatores sintáticos, semânticos, pragmáticos e discursivos interagem no funcionamento da língua em diferentes contextos de uso.

Metodologia

Dentro da abordagem em que se insere nosso trabalho, os pressupostos ligados ao conceito de *gênero* e *tipo textual* são fundamentais para a análise do fenômeno estudado, uma vez que pressões características de cada situação comunicativa interferem na maneira como os textos se organizam e, conseqüentemente, como os elementos linguísticos funcionam.

O *corpus* que serviu de base para nossa investigação foi composto por textos de dois gêneros do domínio jornalístico: a) *artigos de opinião* (tipo argumentativo) e b) *notícias* (tipo narrativo). Todos os textos foram extraídos do jornal *O Estado de S. Paulo*, versão *online*. Os *artigos de opinião* foram coletados do caderno *Espaço Aberto*, e as *notícias* foram coletadas dos cadernos *Metrópole* e *Internacional* (janeiro – junho 2018), sempre da primeira edição (dia 01) de cada mês. Desta forma, garantiu-se que os textos selecionados fossem de variados autores. A escolha por esses gêneros deve-se ao objetivo de analisar o uso padrão das orações subordinadas adjetivas, na modalidade escrita da língua.

No total, analisamos 12 artigos de opinião e 24 notícias, tendo em vista que a extensão das notícias é menor. Nos artigos de opinião, a extensão dos textos tem uma média de 947 palavras, variando pouco de um texto para outro, uma vez que o espaço que ocupam na página do jornal é sempre o mesmo. Nas notícias, por sua vez, a média é de 578 palavras, mas a variação de um texto para outro pode ser grande, visto que as notícias ocupam lugares variados nas páginas do jornal (Tabela 1).

Tabela 1. Delimitação do *corpus*

Tipo de texto	Total de palavras	Média de palavras	Caracteres (sem espaço)
<i>Argumentativo</i> (Artigo de Opinião)	11374	947	58530
<i>Narrativo</i> (Notícia)	13889	578	71345

Fonte: Elaboração própria

Após a leitura cuidadosa dos textos, foram coletadas todas as ocorrências de orações subordinadas adjetivas, totalizando 179 orações nos *artigos de opinião* e 190 orações nas *notícias*. As 369 ocorrências estão organizadas na Tabela 2, em número absoluto (N) e sua respectiva porcentagem (%):

Tabela 2. Número de orações adjetivas por tipo de texto

Tipo de texto	Oração restritiva		Oração explicativa		Outros tipos ⁵		Total de orações do corpus	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Artigo de opinião (<i>Argumentativo</i>)	116	64,8	44	24,6	19	10,6	179	100
Notícia (<i>Narrativo</i>)	100	52,6	68	35,8	22	11,6	190	100

Fonte: Elaboração própria

Além da análise quantitativa das ocorrências, que demonstra o predomínio das orações restritivas nos dois tipos de textos, procedeu-se a uma análise qualitativa dos dados, pautada nos seguintes critérios:

- o gênero discursivo;
- o tipo textual;
- a natureza do nome ao qual a oração adjetiva está ligada;
- a função sintática do nome ao qual a oração adjetiva está ligada;
- o valor semântico da oração (*restrição* ou *explicação*);
- o valor discursivo da oração no contexto.

A partir desses critérios, foi possível realizar uma descrição mais aprofundada das orações adjetivas, conforme se discutirá na próxima seção.

Resultados e discussão

Na análise dos dados, foram observados tanto aspectos formais quanto funcionais das orações adjetivas. Em relação aos pronomes relativos que introduzem as orações adjetivas, um aspecto formal desta organização sintática, verificou-se que todos eles

⁵ Nesta categoria incluem-se as orações relativas livres, precedidas pelo pronome demonstrativo “o” ou pela expressão “Todos os”.

aparecem nos dados do *corpus*; porém, o pronome “que” predomina em número muito maior que os demais, conforme apresentado nas Tabelas 3 (*Artigo de opinião* – Texto argumentativo) e 4 (*Notícia* – Texto narrativo):

Tabela 3. Pronomes relativos que introduzem as orações adjetivas – *Artigo de Opinião* (Texto argumentativo)

Tipo de pronome relativo	Oração restritiva		Oração explicativa		Outros tipos	
	N	%	N	%	N	%
QUE	103	57,5	36	20,1	-	-
ONDE	5	2,8	2	1,1	-	-
CUJO (e variações)	0	0	4	2,2	-	-
QUAL (e variações, com ou sem preposição)	5	2,8	2	1,1	-	-
QUEM (com ou sem preposição)	3	1,7	0	0	-	-
ORAÇÃO RELATIVA LIVRE (sem antecedente)	-	-	-	-	16	8,9
‘TODOS OS QUE’	-	-	-	-	3	1,7
TOTAL: 179 orações	116	64,8	44	24,5	19	10,6

Fonte: Elaboração própria

Tabela 4. Pronomes relativos que introduzem as orações adjetivas – *Notícia* (Texto narrativo)

Tipo de pronome relativo	Oração Restritiva		Oração Explicativa		Outros tipos	
	N	%	N	%	N	%
QUE	93	49,0	55	28,9	-	-
ONDE	1	0,5	9	4,7	-	-
CUJO (e variações)	1	0,5	1	0,5	-	-
QUAL (e variações, com ou sem preposição)	4	2,1	3	1,5	-	-
QUEM (com ou sem preposição)	1	0,5	0	0	-	-

ORAÇÃO RELATIVA LIVRE (sem antecedente)	-	-	-	-	21	11,0
'TUDO O QUE'	-	-	-	-	1	0,5
TOTAL: 190 orações	100	52,6	68	35,8	22	11,5

Fonte: Elaboração própria

Em relação ao núcleo nominal ao qual se refere a oração adjetiva, verificou-se que todas as funções sintáticas são passíveis do processo de relativização, como se pode observar nos exemplos a seguir (18 a 26):

18. *A coisa **que a Igreja mais necessita agora** é a capacidade de curar feridas e aquecer o coração dos fiéis, aproximar-se.* (ESP, *Espaço Aberto*, 01.01.2018) – SUJEITO
19. Como milhões de jovens italianos, Elio Vagali enfrenta *opções de carreira **que vão de mínimas a inexistentes***. (ESP, *Internacional*, 01.03.2018) – OBJETO DIRETO
20. A Corte condenou a legenda e 29 dos membros de sua cúpula a *penas **que, somadas, chegam a 351 anos de prisão***. (ESP, *Internacional*, 01.06.2018) - OBJETO INDIRETO
21. A aplicação *dessa racionalidade **que respeita o Direito como tal*** é uma garantia do cidadão. (ESP, *Espaço Aberto*, 01.05.2018) – COMPLEMENTO NOMINAL
22. O estudo inédito foi feito com base no Censo Escolar 2016 pelo Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) e pelo QEDu, *dois Institutos **que pesquisam e divulgam dados educacionais***. (ESP, *Metrópole*, 01.04.2018) – APOSTO
23. Embora a população tenha aumentado 30% desde o início dos anos 2000, o consumo geral de água permaneceu estável. Muitos dos novos moradores foram assentados *em áreas pobres, **onde o consumo de água é menor***, o que acabou baixando o consumo per capita. (ESP, *Internacional*, 01.02.2018) – ADJUNTO ADVERBIAL (LUGAR)
24. “Isso é reflexo *de um sistema **que não consegue garantir a qualidade da aprendizagem***. A reprovação precisa ser uma exceção e não uma estratégia pedagógica”, diz o diretor do Iede, Ernesto Faria. (ESP, *Metrópole*, 01.04.2018) – ADJUNTO ADNOMINAL
25. 12 mi de hectares é *a área total **que o Brasil prometeu reflorestar no acordo de Paris***, contra o aquecimento global. (ESP, *Metrópole*, 01.03.2018) – PREDICATIVO
26. Certamente não é iluminista decisão que decreta prisão temporária de pessoas investigadas – muitas das quais nunca tendo sido antes nem intimadas para depor – com o único e declarado propósito de colher seu depoimento, numa confessada afronta à medida liminar concedida *por ministro do STF **que impediu o uso de conduções coercitivas em tais situações***. (ESP, *Espaço Aberto*, 01.05.2018) – AGENTE DA PASSIVA

É interessante ressaltar que o estatuto sintático do termo ao qual se refere a oração adjetiva raramente é considerado nos manuais de gramática tradicional, muito menos em livros didáticos. Embora haja um predomínio do processo de relativização nas funções de SUJEITO e de OBJETO, definidas pela estrutura argumental do enunciado, termos com funções mais periféricas, como ADJUNTOS e APOSTO, por exemplo, também podem ser especificados por meio desse processo, de acordo com o que o falante julgar importante esclarecer, avaliar/julgar ou informar ao seu interlocutor. No exemplo (18), a oração adjetiva, que tem como referente a palavra “coisa”, é fundamental para designar a entidade sobre a qual se estabelece a predicação, não sendo apenas um processo pelo qual se restringe ou se delimita a significação de um elemento. A oração adjetiva participa da construção do próprio referente, não sendo possível identificá-lo sem ela (Mira Mateus *et al.*, 1989, 2003, 2005 *apud* Castilho, 2010).

Ao observarmos aspectos funcionais dos dados, conforme discutimos nos exemplos a seguir, os resultados demonstram haver uma correlação entre (a) o tipo de oração adjetiva, (b) a informação que ela traz, (c) o gênero em que ela ocorre e a (d) intenção comunicativa do falante, o que confirma nossa hipótese inicial. Nos *artigos de opinião* (textos argumentativos), observamos que as orações adjetivas trazem informações mais subjetivas, ligadas à opinião do enunciador, as quais participam da argumentação que é construída ao longo do texto (ocorrências 27, 28 e 29).

27. Não falo como homem de partido, mas como brasileiro: O Brasil precisa de lideranças **que tenham capacidade de reunificar o país em torno de alguns objetivos comuns**. (ESP, *Espaço Aberto*, 01.04.2018)
28. Faz todo o sentido essa barreira do silêncio porque, situação ou oposição de turno, as chamadas “fontes” do debate nacional são os poderes estabelecidos e essa reforma, uma vez posta para andar, ou vai à questão de fato e muda definitivamente o poder de dono no Brasil, ou continua dando um passo para a frente e dois para trás, como vem acontecendo desde o minuto seguinte à proclamação da República **que nós nunca instituímos de fato**. (ESP, *Espaço Aberto*, 01.06.2018)
29. O tratamento de choque na esbórnia das aposentadorias públicas, **onde o privilégio é lei e o abuso do privilégio é regra**, não é mais uma questão de escolha é um imperativo de sobrevivência. (ESP, *Espaço Aberto*, 01.06.2018)

Nos exemplos acima (27, 28 e 29), fica claro que a informação veiculada pela oração adjetiva está ligada à opinião do enunciador sobre seu referente, em caráter de sugestão ou avaliação. É interessante ainda observar que, nos textos argumentativos, mesmo quando a oração adjetiva traz uma informação aparentemente mais objetiva, esta informação é selecionada estrategicamente na construção do referente. Em (30), a oração adjetiva traz o texto explicativo de uma Lei sendo, portanto, de caráter objetivo. Contudo, essa

informação não é mera caracterização, é também uma explicação para o que vem sendo questionado ao longo do texto:

30. Também vi magistrados defenderem o auxílio-moradia com base na Lei Complementar no. 35, **que no seu artigo 65, II, permite aos magistrados receberem, além dos seus vencimentos, “ajuda de custo, para moradia, nas localidades / em que não houver residência oficial à disposição do Magistrado”**. (ESP, *Espaço Aberto*, 01.03.2018)

Nos textos das *notícias* (textos narrativos), por sua vez, as orações adjetivas trazem, predominantemente, informações mais objetivas, de natureza factual, ligadas aos eventos relatados (ocorrências 31, 32 e 33).

31. Logo depois, uma viatura do Batalhão de Vias Expressas **que trafegava pelas imediações da Cidade de Deus** foi atacada com pedras e paus. (ESP, *Metrópole*, 01.02.2018)
32. Por pouco, a família, **que dormia no imóvel na hora do acidente**, não foi atingida. (ESP, *Metrópole*, 01.05.2018)
33. A partir de fevereiro, os moradores estarão sujeitos a pesadas multas se excederem o novo limite diário de consumo, **que passará dos atuais 87 litros de água por pessoa para menos de 50 litros**. (ESP, *Internacional*, 01.02.2018)

Em (31), (32) e (33), percebemos que a informação apresentada pela oração adjetiva diz respeito a circunstâncias factuais ligadas ao referente, no sentido de melhor contextualizar o evento que está sendo noticiado. E, ainda quando a oração adjetiva traz uma avaliação da situação, muitas vezes essa avaliação é apresentada como um consenso ou tem indicada sua fonte, como se pode perceber na ocorrência (34):

34. A nova onda de protestos parece ter sido deflagrada após um aumento de 40% nos preços dos ovos e das aves, **que um porta-voz do governo atribuiu à restrição de oferta em razão da gripe aviária**. (ESP, *Internacional*, 01.01.2018)

De acordo com os dados do *corpus*, podemos perceber que a informação trazida pela oração adjetiva está, na maior parte das vezes, diretamente relacionada aos propósitos comunicativos dos gêneros em que ocorrem. Embora tanto o *artigo de opinião* quanto a *notícia* sejam gêneros característicos da esfera jornalística, ambos possuem propósitos distintos: o *artigo de opinião*, segundo Rojo (2000, p. 226), é um gênero que busca convencer o outro de determinada ideia, modificando ou formando opiniões. Logo, é um gênero argumentativo por excelência. A *notícia*, por sua vez, tem como objetivo principal o relato de acontecimentos relevantes ao público a que se destina, informando-lhe sobre

fatos da realidade; é essencialmente um texto narrativo, em que informações factuais fazem parte de sua essência.

Retomando Castilho (2010, p. 371) acerca da funcionalidade adicional das orações adjetivas, constata-se de fato que elas “predicam o sintagma nominal de modo mais complexo”, não se limitando à sua mera caracterização, explicação ou restrição dentro de um conjunto. Tampouco são equivalentes a um adjetivo, como preconiza a abordagem tradicional. Pelos dados apresentados, é possível perceber que as informações trazidas pelas orações adjetivas ultrapassam o nível semântico, tendo claramente motivações pragmáticas e discursivas. Na ocorrência (27), por exemplo, vemos claramente a opinião do autor acerca de lideranças na política brasileira. Na maior parte das ocorrências do *corpus*, não teríamos adjetivos ou expressões adjetivais correspondentes que permitiriam outra forma de expressão do conteúdo que trazem as orações adjetivas.

Apartir dos exemplos apresentados, é possível observar que as orações adjetivas assumem funcionalidades que vão além do nível semântico de uma *restrição* ou uma *explicação*, como apresentado na abordagem tradicional. Nos *artigos de opinião*, funcionam como estratégia de argumentação com base em uma caracterização subjetiva – e avaliativa – do falante acerca do referente (28). Nas *notícias*, possibilitam uma melhor descrição e contextualização dos eventos relatados (33), contribuindo para a informatividade do texto.

Considerações finais

Neste artigo, discutimos o uso padrão das orações subordinadas adjetivas, no sentido de explorar a potencialidade comunicativa dessa construção sintática para além da visão canônica trazida pelos manuais de gramática tradicional. Nossos resultados, embasados numa abordagem funcionalista, demonstram que o funcionamento dessas orações é motivado também por elementos do contexto: o gênero e o tipo textual em que ocorrem, o conteúdo que trazem e as intenções comunicativas do falante, o que comprova nossa hipótese de que há uma correlação entre todos estes fatores. A partir dos dados do *corpus*, pudemos mostrar que as orações adjetivas usadas nos artigos de opinião apresentam um caráter mais argumentativo, fortemente associado à expressão da opinião do autor. As adjetivas usadas nas notícias de jornais, por sua vez, veiculam informações mais objetivas, que auxiliam na apresentação dos fatos noticiados e na informatividade dos textos. Esperamos, assim, contribuir para uma abordagem mais reflexiva sobre o uso padrão dessas orações, para além dos critérios semânticos de *restrição* ou *explicação*. Retomando o princípio básico do funcionalismo, as intenções comunicativas do falante motivam suas escolhas linguísticas (tanto lexicais quanto gramaticais), conforme podemos observar nos diferentes gêneros estudados.

Agradecimento

Agradecemos à CAPES, pela concessão da Bolsa de Pós-Doutorado.

Referências

ABREU, A. S. *Gramática mínima para o domínio da Língua Padrão*. 2. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

ABREU, A. S. *Texto e gramática*. Uma visão integrada e funcional para a leitura e a escrita. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

ABREU, A. S. *Gramática Integral da Língua Portuguesa*. Cotia: Ateliê Editorial, 2018.

BASTOS, W. A. *A relativização no Português do Brasil: a sentença orientada para o discurso*. 2008. 167 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BISPO, E. B. Estratégias de relativização no PB: motivações discursivo-interacionais e cognitivas. In: BISPO, E. B.; OLIVEIRA, M. R. (org.). *Orações relativas no português brasileiro: diferentes perspectivas*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

BISPO, E. B.; OLIVEIRA, M. R. (org.). *Orações relativas no português brasileiro: diferentes perspectivas*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

CASTILHO, A. T. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CROFT, W. *Typology and universals*. Cambridge, United Kingdom: CUP, 1990.

CROFT, W. Toward a social cognitive linguistics. In: EVANS, V.; POURCEL, S. (ed.). *New directions in Cognitive Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin's Publishing Company, 2009.

CORRÊA, V. R. *Oração relativa: o que se fala e o que se aprende no português do Brasil*. 1998. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do Português Contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

DECAT, M. B. N. Orações adjetivas explicativas no português brasileiro e no português europeu: aposição rumo ao 'desgarramento'. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 104-118, 2º sem. 2001.

DECAT, M. B. N. *Estruturas desgarradas em Língua Portuguesa*. Campinas: Pontes Editores, 2011.

DECAT, M. B. N. Orações relativas apositivas *desgarradas* no português em uso. In: BISPO, E. B.; OLIVEIRA, M. R. (org.). *Orações relativas no português brasileiro: diferentes perspectivas*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

FAUCONNIER, G. *Mental Spaces*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FAUCONNIER, G. *Mappings in Thought and Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. v. I. New York: Academic Press, 1984.

KATO, M. A. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In: KATO, M. A.; ROBERTS, I. (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1996.

MARCHESAN, A. C.; MIOTO, C. Relativas livres. In: BISPO, E. B.; OLIVEIRA, M. R. (org.). *Orações relativas no português brasileiro: diferentes perspectivas*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

OLIVEIRA, M. R.; AMORIM, M. B. Orações relativas na sala de aula em perspectiva funcionalista. In: BISPO, E. B.; OLIVEIRA, M. R. (org.). *Orações relativas no português brasileiro: diferentes perspectivas*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

ROJO, R. H. *A prática de linguagem em sala de aula: Praticando os PCNs*. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

TARALLO, F. L. *Relativization strategies in brasilian portuguese*. 1983. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Pennsylvania, Pennsylvania, 1983.